



1. TEMA DE TRABALHO

O tema proposto para esse Trabalho de Conclusão de Curso insere-se num contexto de grande discussão atual nos municípios: as implicações das novas diretrizes que o Estatuto da Cidade defende e que, naturalmente, exigirá a revisão, em certos aspectos, do Plano Diretor de cada cidade.

O Município escolhido para tal discussão e intervenção é Chapecó que passa atualmente por esse processo de maneira democrática e participativa segundo as orientações do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257, de 10.07.2001).

A oportunidade de estar profundamente envolvida nesses debates não só como moradora da cidade, mas como futura urbanista, possibilita-me desenvolver algumas questões-chaves para o desenvolvimento urbano e, conseqüentemente, social do município, apontados pela comunidade chapecoense. Trata-se da garantia de qualidade de vida através, principalmente, da reserva de espaços públicos no município, uma vez que a cidade cresce em ritmo acelerado demandando em igual proporção, áreas de convívio coletivo, de habitação social, de equipamentos públicos, etc.

É nesse contexto que os grandes vazios urbanos, tidos como um dos maiores problemas presentes na malha urbana do município, podem ser discutidos. São áreas com infra-estrutura subutilizadas, frutos de especulação, que trazem gastos ao município sem qualquer retorno social. **A proposta de trabalho é mapear e atribuir usos compatíveis em benefício público função social da terra para essas áreas (habitação popular, equipamentos públicos, áreas verdes de lazer, etc.), assim como dar infraestrutura de acesso e integração com a malha urbana.** Isso tudo tendo as diretrizes e ferramentas do Estatuto da Cidade como orientador (IPTU progressivo, desapropriação para fins de reforma urbana, consórcio imobiliário, direito de preempção).

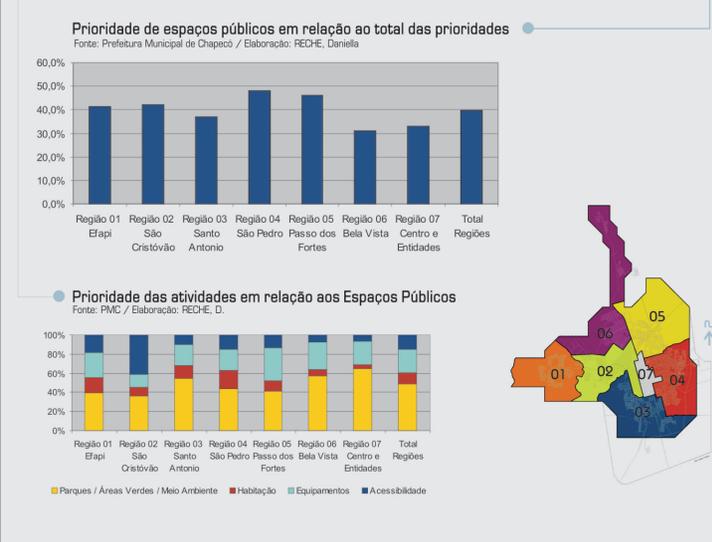
A proposta de trabalho, portanto, baseia-se no direito instituído pelo Estatuto da Cidade, a função social da propriedade, havendo o equilíbrio entre os interesses públicos e privados, transformando a cidade em bem público, onde o interesse coletivo sobressai-se ao privado em prol da qualidade de vida de toda a população, não só de uma classe social específica.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

Uma das maiores problemáticas do município hoje, reflexo da política adotada de ocupação do solo durante o desenvolvimento do município, são as grandes áreas vazias na malha urbana que sub-utilizam a infraestrutura urbana, refletindo na baixa densidade populacional e em maiores custos para o município.

Outra grave carência do município, também reflexo do processo de ocupação da cidade, que compromete a qualidade de vida da população, é a falta de espaços públicos no município, sejam eles áreas verdes ou equipamentos públicos. Essa carência fica explicitada no gráfico abaixo, elaborado a partir de prioridades manifestadas pela população no Congresso da Cidade em 2001.

Como procedimento de análise dos dados, em um primeiro momento realizou-se um rastreamento das necessidades de caráter urbano por região, sendo classificadas de acordo com a abrangência do tema: habitação, equipamentos públicos (consideram-se postos de saúde, escolas normais e profissionalizantes), acessibilidade (considera o sistema viário, ciclovias), áreas verdes (parques, praças, áreas de preservação, áreas de esporte). Com esses dados, realizaram-se os seguintes gráficos que evidenciam a enorme carência de espaços públicos na cidade (39,5% das prioridades citadas). Ainda avaliou-se, dentro da prioridade de investimentos em espaços públicos, a necessidade da população quanto às atividades classificadas: habitação (12% do total de prioridades quanto a espaços públicos), equipamentos públicos (24,4%), acessibilidade (15,1%) e áreas verdes (48,4%).



Diante dessas problemáticas, portanto, propõe-se **garantir a função social da propriedade** (Estatuto da Cidade) dos inúmeros vazios urbanos da cidade e o melhor aproveitamento da infra-estrutura da malha urbanizada, através da criação de espaços públicos de acordo com as necessidades da população, proporcionando uma humanização da cidade e uma melhor qualidade de vida.

3. ESTRUTURAÇÃO URBANA DE CHAPECÓ

3.1. CARACTERIZAÇÃO

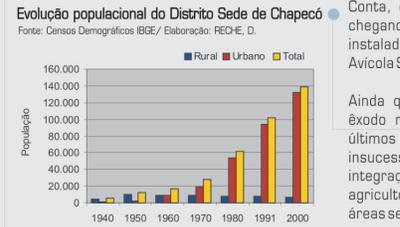
3.1.1. Localização



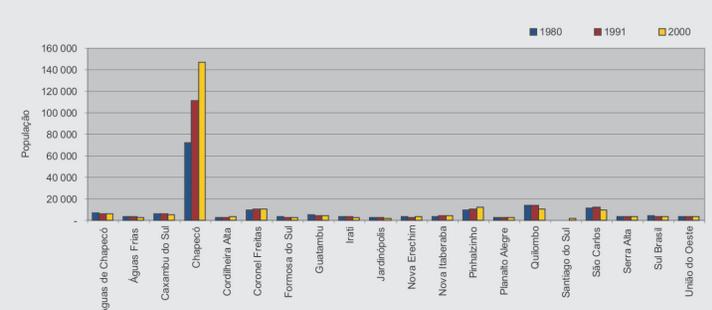
3.1.2. População

O município de Chapecó está localizado na região de um dos maiores complexos agroindustriais do Brasil. Teve o seu desenvolvimento sempre ligado à expansão agroindustrial no município e às atividades ligadas a este setor.

Ocupa a posição de pólo regional do oeste do estado, atraindo interesses e migrações, devido, principalmente a sua característica de exceção na região, que possui um setor secundário e terciário desenvolvido capaz de atrair migrantes dos municípios próximos e até dos estados vizinhos (Paraná e Rio Grande do Sul) em busca de trabalho.



● Evolução da população total dos municípios da AMOSC



3.2. FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO

3.2.1. Colonização

A colonização de Chapecó e do oeste de Santa Catarina insere-se no contexto de expansão capitalista, fazendo parte de um projeto que objetivava a ocupação da região considerada, na época, como um vazio demográfico. A região, até a chegada das companhias colonizadoras, era habitada por índios, caboclos e brasileiros, que começaram um povoamento rarefeito em diferentes locais da região, sendo sua sobrevivência baseada na agricultura de subsistência.

Em 1917, depois de ser motivo de disputas territoriais, Chapecó tem sua definição como município. Em 1922, foi instalada na região a sede da Colonizadora Bertaso, Maia e Cia que, tendo recebido do Governo catarinense a concessão de terras, ficou responsável pelo povoamento e colonização desta área. A empresa contribuiu, num primeiro momento, para o desenvolvimento do município, principalmente com a construção de estradas por onde seria escoada a produção procedente do trabalho realizado, e por onde seria permitida a circulação de novos colonos compradores da terra, que, a partir da colonização, se transformou em mercadoria, gerando renda aos desbravadores.

É importante destacar que a posição geográfica do município colaborou para a formação do povoado e a consolidação do seu núcleo urbano, pois localizava-se em um ponto de passagem entre os Estados vizinhos (Paraná e Rio Grande do Sul), além de constituir-se no ponto central entre as vilas Passo Bormann e Xanxerê.

3.2.2. A Divisão segregativa do espaço urbano

Desde o início da colonização do município, a lógica segregativa já estava presente no espaço urbano que se formava, definindo os lugares onde as pessoas de menor renda iriam ocupar. Sobre isso Ernesto Pasquali (neto do colonizador Bertaso), em entrevista a MARTINS, comenta: *"Ela (Colonizadora Bertaso) fez lotes menores, mais baratos em condições para que o pobre pudesse ter o seu terreno"*.

Hoje, os loteamentos também seguem a lógica segregativa, onde a ordem econômica instalada (proprietários e operários) reflete-se na configuração da ocupação das novas áreas. O diminuto poder aquisitivo da demanda (migrantes trabalhadores) determina as características dos novos loteamentos. De acordo com Inoel Almeida, empresário imobiliário, em entrevista a MARTINS em 1998, *"[...] abrir novos loteamentos com melhorias [...] dificultaria a aquisição por uma camada de baixa renda."*

3.3. AGENTES ESTRUTURADORES DO ESPAÇO INTRA-URBANO DO MUNICÍPIO

3.3.1. Processo Econômico

A base do processo de acumulação econômica do oeste de Santa Catarina e, conseqüentemente, Chapecó se deu a partir da renda proveniente do comércio. Num primeiro momento, o comércio vindo do extrativismo da madeira e num segundo momento do comércio gerado pelos excedentes produzidos pelas pequenas propriedades rurais. Estas propriedades foram fundamentais na formação espacial do município, já que permitiram que os intermediários comerciantes acumulassem o capital necessário e o canalizassem para a formação das primeiras agroindustrias da região.

Em 1934 já era florescente a indústria de beneficiamento de madeira, quando a então Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto Bertaso SA, promove a instalação de diversas indústrias cerâmicas, moinho de trigo, frigorífico, energia elétrica, dando os primeiros passos à industrialização em Chapecó. A empresa buscava, ampliar o espaço econômico da cidade como centro urbano regional, além de criar alternativas de crescimento e rendimento do capital familiar.

No primeiro momento da colonização formaram-se as pequenas propriedades no meio rural que, por sua vez, requisitaram pequenos centros urbanos capazes de atenderem à demanda exigida pelo capital daquela época. Os primeiros núcleos urbanos da região começaram, então, a se organizar em pequenas vilas e cidades.

A partir de 1950, mudanças significativas começam a ocorrer na economia de Chapecó com o surgimento de novos ramos de produção, principalmente industriais. É nessa época (1952) que é instalada no município a primeira agroindústria: Indústria e Comércio Chapecó (SAIC).

Vale destacar, em 1963, a instalação no município da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, o que possibilitou a região receber maior atenção das instâncias governamentais, permitindo, com isso, grandes investimentos na região, especialmente de infra-estrutura, de construção de estradas, pontes, instalação de energia, etc. Esses investimentos foram decisivos para o desenvolvimento econômico posterior do município e para o sucesso das agroindústrias na região (principalmente na década de 70).

A terra passou a ser um objeto de compra e venda, um meio de produzir renda, de produzir capital, gerando a riqueza das empresas colonizadoras e dos comerciantes. Foram essas relações capitalistas que possibilitaram a acumulação e a concentração do capital necessário para a implantação das agroindústrias que posteriormente se desenvolveram na região.

3.3.2. Agroindústrias

Com a implantação das agroindústrias (a partir da década de 50) e seu contínuo desenvolvimento, ocorre uma série de transformações na área urbana de Chapecó: desenvolvimento de novas indústrias para atender às necessidades do processo produtivo; ampliação do comércio; crescimento da população urbana; refletindo na organização social, política, econômica e espacial do município.

Com a modernização agrícola a partir dos anos 70, as relações entre agricultura e trabalho também mudaram, tanto pela mecanização, como pelo processo de integração dos agricultores às empresas agroindustriais, as quais começaram a controlar a produção das propriedades agrícolas gerando uma situação de dependência dos agricultores para com elas.

Juntamente a modernização agrícola com a expansão das agroindústrias, o espaço urbano acaba por ampliar mais suas atividades de acordo com as necessidades que essa estrutura tem. Não é a toa que os setores que mais crescem e exportam em Chapecó, hoje, são os ligados direta ou indiretamente à agroindústria.

Diante desse contexto percebemos, assim, que as agroindústrias foram decisivas para a configuração espacial de Chapecó, já que foi a partir delas que as relações espaciais começaram a modificar-se. Suas necessidades exigiram alterações que, incentivadas pelo estado, transformaram o município e a região em um dos maiores produtores e exportadores de carne suína e de frango.

Por outro lado, o sucesso e desenvolvimento das agroindústrias provocaram um dos maiores problemas urbanos do município: o êxodo rural e o aumento acelerado da população da cidade. A mecanização das propriedades agrícolas, exigência das empresas agroindustriais, como forma de reduzir custos com o melhor aproveitamento, está provocando o esvaziamento rural, reduzindo drasticamente a pequena agricultura familiar, e aumentando a urbanização e as problemáticas urbanas decorrentes (desemprego, subhabitação, ocupações ilegais, loteamentos clandestinos sem infra-estrutura, miséria, etc).



chapecó :: vazios urbanos como espaços públicos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - ARQUITETURA E URBANISMO uma proposta de humanização

DANIELLA RECHE acadêmica PROF. LINO F. BRAGAÇA PERES orientador PROF. MARIA INÊS SUGAI ARQ. FLÁVIO C. GUSATTI

